



Prefeitura Municipal de Guarujá
ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

**ATA DA 1ª ASSEMBLÉIA ORDINARIA DO GRUPO DE
TRABALHO DO MORRO DO PINTO
09 DE AGOSTO DE 2018**

GUARUJÁ

Presidente do COMDEMA

Sidnei Aranha

Vice-presidente do COMDEMA

João Leonardo Mele

Secretário-executivo do COMDEMA

Antonio Lopes da Silva

DATA: 09 de Agosto de 2018.

LOCAL: Secretaria de Meio Ambiente do Guarujá

PAUTA: Morro do Pinto

INÍCIO: 10h00

TÉRMINO: 11h30



Prefeitura Municipal de Guarujá
ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Bom dia a todos, quero agradecer a presença de vocês, e dizer o seguinte, nós vamos discutir aqui a questão do Morro do Pinto, mas começo essa reunião fazendo *mea-culpa*, porquê essa história começou por um deslize, um erro meu, no sentido de que no afã de querer fazer a nossa Unidade de Conservação Integral numa reunião lá na Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo eu coloquei essa ideia de transformar o Morro do Pinto numa Unidade de Conservação Integral, e ai eles gostaram tanto da ideia que eu desconfiei um pouco, e depois eu conversei com o Mele, fomos verificar e vimos que isso é questionável. Mas em decorrência disso, o Ministério Público recentemente apresentou esse TAC. Eu vou ler o TAC, porquê o TAC que nos trouxe até aqui. Depois nós vamos ao problema em si. A gente precisa dar uma resposta ao Ministério Público, por sugestão do Mele a gente trouxe pro COMDEMA essa discussão, fizemos esse Grupo de Trabalho, e aqui está o TAC.

“...Constitui objeto do presente Termo de Ajustamento de Conduta a proposta de autorização legislativa para a doação de área denominada Morro do Pinto para o município do Guarujá, objetivando a criação de uma Unidade de Conservação Municipal de Proteção Integral. O Estado de São Paulo compromete-se para fins de regularização fundiária da Unidade de Conservação Municipal a ser criada a envidar esforços para doar a área denominada Morro do Pinto para o município do Guarujá. 1.2. O Município compromete-se...” Olha ai, já começam as nossas obrigações.

“O Município compromete-se a apresentar Plano de Trabalho à Câmara de Compensação Ambiental do Estado de São Paulo para execução de projeto de contenção de riscos decorrentes da instabilidade geológica/geotécnica do Morro do Pinto no prazo de seis meses, a contar da criação da Unidade de Conservação de Proteção Integral.

O Estado de São Paulo compromete-se a receber o Plano de Trabalho apresentado pelo Município para execução do projeto para contenção dos riscos decorrentes da instabilidade geológica/geotécnica do Morro do Pinto e encaminhá-lo para apreciação, que analisados no termo da Lei “tal”. Caso, por qualquer motivo alheio a vontade do Estado a CCA não destine recursos para os objetivos acima mencionados, o Estado de São Paulo buscará recursos junto ao Fundo Estadual de Defesa de Interesses Difusos e Coletivos, criados pela Lei “tal” ou ao Fundo de Recursos Hídricos e outros fundos com atribuições correlatas para apoiar o Município na obtenção de recursos financeiros para execução do projeto para contenção dos riscos decorrentes da instabilidade geológica/geotécnica do Morro do Pinto. O projeto para contenção dos riscos decorrentes da instabilidade geológica/geotécnica do Morro do Pinto devem atender o parecer técnico do IPT...” É esse parecer, vejamos. Parecer 20.770.301. É esse, certo Cláudia? Exatamente esse.

“...para elucubração das diretrizes de Conservação de área de risco localizada no Morro do Pinto.

O Município compromete-se a concluir a execução do projeto no prazo de dois anos, a contar do recebimento dos recursos da Câmara de Compensação Ambiental ou de qualquer outro fundo, prorrogável por igual período, desde que previamente requerido pelo Município por motivo fundamentado nos autos de acompanhamento de execução do projeto. O Ministério Público do Estado de São Paulo acompanhará e fiscalizará diretamente por meio de órgãos públicos e competentes o fiel cumprimento do presente Termo de Ajustamento.

O Município se compromete finalmente a apresentar relatórios semestrais da execução do projeto de contenção dos riscos de instabilidade geológica/geotécnica do Morro do Pinto. Esse compromisso não inibe ou restringe de forma alguma as ações de controle, fiscalização e monitoramento de qualquer órgão ambiental urbanístico, nem limita ou impede o exercício de suas atribuições.”

Bom, é isso aqui. Então, esse TAC, salvo maior juízo, a única coisa que o Osmair se comprometeu a mudar é que caso eles não consigam dos fundos, o Estado se comprometeria a colocar no orçamento a execução da obra.

Depois a gente conversou com o Mele, com o João Thiago, em princípio o Mele vai colocar a posição dele, e nós acabamos vislumbrando que isso não seria benéfico. O Mário também chegou um pouco antes e se apropriou um pouco da discussão, e o Planejamento também trás essa posição de que não é algo muito bom. Não é um presente, não é bom pro Município.

João Leonardo Mele – Vice-presidente do COMDEMA

Bom, a gente tem acompanhado a luta do Sidnei na busca de uma área para Unidade de Conservação Integral porquê o Ministério Público tem forçado essa situação e é uma troca para a gente captar recursos que são restritos exclusivamente para municípios que tem Unidade de Conservação de Proteção Integral.

Muito bem, dentro deste processo surgiu a questão da história do Morro do Pinto. A gente já tinha ouvido alguma coisa, mas não tinha muita ideia do que era, até o dia em que fomos convidados para uma reunião em que estava lá o Ministério Público, o Procurador do Estado, e quando o Sidnei conversou comigo antes dessa reunião... Assim, de uma forma extremamente simplória, como um lugar com meia dúzia de hectares vai ser uma Unidade de Conservação de Proteção Integral? O Snuc circunscreve muito claramente que tem que ter atributos excepcionais, porque ela vai passar a ser do poder público, ou seja, o entendimento legal é de que ela é tão importante que ela não pode ser particular, então o poder público vai indenizar. Se for particular eles vão ter que indenizar. E aí, indo um pouco atrás dessa história, a gente acaba descobrindo que no fundo, o Estado fez uma asneira sem precedentes. Ele acabou levando essa área cheia de problemas pro patrimônio do Estado, e levou junto um processo de recuperação dessa área.

Então no momento em que se quis passar isso para a Prefeitura, de certa forma, o Estado tem a percepção clara que ele não terá forças e não terá o dinheiro para fazer. A tal da Câmara de Compensação, nós vimos muito bem como funciona, também com o Sidnei, quando fomos pleitear, atendendo o pedido da Saipem, o dinheiro da compensação que eles tiveram que fazer, ficasse no município de Guarujá, foi levado para lá a proposta de que fosse utilizado para fazer a Unidade de Conservação, e de uma forma muito arrogante, não do Secretário Adjunto que nos recebeu, mas da equipe técnica dele, o dinheiro já estava destinado a outro lugar, não dava pra usar para a APA.

Mário Eduardo Shiraichi – Representante da Secretaria de Gestão e Planejamento

Essa equipe era do Estado?

João Leonardo Mele – Vice-presidente do COMDEMA

A Câmara de Compensação é uma comissão do Estado. E o resultado prático foi que a gente percebeu ali que não há nenhuma garantia, nem aproximada, de que a Câmara de Compensação vai dar dinheiro para uma Unidade de Conservação numa área totalmente antropizada, e com uma obrigação geológica quase “incumprível”. E naquela oportunidade, antes da tal reunião, trocamos ideia com o Sidnei. Quando o Sidnei colocou isso daqui na reunião do Ministério Público, ele “colocou a lata em cima da mesa e soltou o siri”. Aí caiu a ficha dele de que a gente percebeu. Aí ele deu uma de desentendido.

Depois se jogou água nessa fervura, mas eles tem a certeza que eles precisam passar, e nós temos a certeza que não vamos receber o dinheiro. Nós temos a certeza que a Câmara vai negar. Não tem atributos, eles não podem dar o dinheiro. Porque eles só dão o dinheiro de acordo com as regras, a letra e a vírgula do Snuc. E o Snuc fala: “Unidades de Conservação: áreas grande extensão, excelente valor ecológico...” Não se aplica. Então eles não vão poder dar o dinheiro.

E outra coisa, se o Estado passar isso para a Prefeitura, não tem como encaixar no orçamento. O orçamento é o que? Dez milhões para recuperação de um Morro de propriedade do Município de Guarujá. Aonde que passa isso? Todo mundo sabe que as etapas do dinheiro que está sendo prometido não existem.

Mário Eduardo Shiraichi – Representante da Secretaria de Gestão Planejamento

Até porque devem existir áreas muito mais interessantes do que essa para ser aplicado.

João Leonardo Mele – Vice-presidente do COMDEMA

A gente já até está pensando em uma área, já estamos migrando, porque com o código de 2012 houve uma alteração, e por exemplo, essas áreas que eram passíveis de utilização se transformaram em APPs.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Área de manguezal.

João Leonardo Mele – Vice-presidente do COMDEMA

Então, se tiver uma área propícia para criarmos uma Unidade de Conservação de Proteção Integral será ali (apresentação) que já é uma Área de Proteção Permanente, que já não permite utilidades e possui atributos.

Uma coisa que também foi conversado é que a Prefeitura está numa posição desconfortável para falar “não”. Foi dada a sugestão de levar isso ao COMDEMA, porque criando uma Comissão como esta que foi criada, e fazendo uma avaliação técnica, podemos emitir o seguinte: “a reunida Comissão, tal dia, tal hora, verificou o seguinte, a previsão da área de absorção do Estado tem “tantos” hectares, problemas geológicos conforme o resultado de IPT, considerando isso, considerando aquilo e considerando que o Snuc prevê isso, a Comissão recomenda ao COMDEMA deliberar a não aceitar tal área por não atender a legislação, não atender os interesses do Município e gerar um ônus que será arcado individualmente por esta unidade do Município”. Com essa deliberação, o Prefeito tem como falar que “considerando isso, considerando aquilo, levado a discussão do COMDEMA, tendo sido estabelecida uma Câmara Técnica...”

Mário Eduardo Shiraichi – Representante da Secretaria de Gestão e Planejamento

Eu e o Sidnei participamos de um Conselho que é o CMDUH, que é o Conselho de Desenvolvimento Urbano e Habitacional, e eu sempre achei que as deliberações de um Conselho são muito importantes porque reúnem os representantes da sociedade civil, e o que é deliberado ali não é uma atitude isolada do Governo, é uma atitude da sociedade civil organizada.

João Leonardo Mele – Vice-presidente do COMDEMA

É uma decisão colegiada.

Mário Eduardo Shiraichi – Representante da Secretaria de Gestão e Planejamento

Isso. E isso até, de certa maneira, resguarda e tira a politização das decisões.

Cleiton Jordão Santos – Assistente Técnico da Secretaria de Meio Ambiente

E da segurança política e jurídica.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Tem uma coisa que a todo momento devemos reiterar. A maior autoridade ambiental da cidade não é o Promotor de Justiça, não é o juiz, é o COMDEMA. Como na área da saúde. Então a gente reitera essa discussão, reitera essa oxigenação. Eu acho que essa ideia é a melhor, foi o Mele que me deu um toque, porque realmente, no início, no afã, eu cometi esse erro, aí o Mele tratou bem disso, ele foi muito simplista na forma da tratativa da reunião. O corpo técnico que envolve ali, não se consegue falar com ninguém. A gente tá lá, tentando conseguir aquelas autorizações lá para a obra do Gremar, que vão colocar mais dois milhões lá... Mas enfim.

A gente foi lá para falar o seguinte: “Quando a essa Unidade de Conservação, a gente vai estudar”. Não dissemos nem sim nem não. Dissemos que ainda não sabíamos e iríamos estudar mais. Mas também dissemos: “Temos a criação da APA Serra do Santo Amaro, que tem dinheiro, que empresa investiu, vocês poderiam avaliar?”. E ela disse que nem pensar. Ela estava tão pilhada que disse que eles não destinavam dinheiro para Unidades de Conservação Municipal. E eu falei “e vocês vão destinar ao Morro do Pinto?”. Aí ela disse que era um caso isolado e específico.

João Leonardo Mele – Vice-presidente do COMDEMA

A verdade é que essas tentativas tem um viés político, mas nesse caso aqui o viés técnico é incontestável. Não tem nem o que falar. Não tem os atributos mínimos, não preenche.

Mário Eduardo Shiraichi – Representante da Secretaria de Gestão e Planejamento

Para o recebimento da verba do Estado?

João Leonardo Mele – Vice-presidente do COMDEMA

Não atende os critérios mínimos para a criação da Unidade de Conservação. Não tem fauna, não tem flora.

Mário Eduardo Shiraichi – Representante da Secretaria de Gestão e Planejamento

Qual é o bônus dessa criação?

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

O bônus seria que, quando a gente cria uma Unidade de Conservação de Proteção Integral a gente se habilita para receber grandes compensações ambientais no Snuc, dessa própria Câmara. Porque essas grandes compensações sempre vão para as Unidades de Conservação de Proteção Integral. Nós precisamos. É uma meta.

E por que chegou a essa questão do Morro do Pinto? Porque nós, inicialmente, lá trás, tínhamos pensado naqueles maciços do lado do Forte dos Andradas. Então eu e o Mele chegamos a abrir uma discussão com o Exército, mas eles tem uma visão diferente.

Mas existe um movimento em Brasília para criar outro tipo de Unidade de Conservação, mas ai depende de adaptação legislativa e queira ou não queria as grandes reservas dessas áreas estão na mão dos militares, que utilizaram um dia para manobra. Mas isso é outra história.

Se a gente conseguisse o Morro do Pinto a gente tinha sim um fragmento onde poderíamos ter uma ideia. Só que hoje não tem mais. O Exército já negou, e essa porção do Morro do Pinto é uma porção diminuta, com problemas e que não atende os objetivos.

João Leonardo Mele – Vice-presidente do COMDEMA

E que está numa vertente urbana. O que está dentro do exército está numa vertente militar, e por isso estão conservadas.

Cleiton Jordão Santos – Assistente Técnico da Secretaria de Meio Ambiente

E por ser uma Unidade de Conservação Integral ela é muito mais restritiva em diversos aspectos. Então se você tem uma zona urbana praticamente inserida, você não tem nem zona de amortecimento.

João Leonardo Mele – Vice-presidente do COMDEMA

A zona de amortecimento do Parque Estadual Xixová-Japuí é no Guarujá. Então olha o tamanho. Três quilômetros.

(Manifestações inaudíveis)

Mário Eduardo Shiraichi – Representante da Secretaria de Gestão e Planejamento

Hoje aqui é APP, né? A Serra do Guararu.

João Leonardo Mele – Vice-presidente do COMDEMA

Não, é APA. APP é Área de Preservação Permanente. No Código Florestal, no Art 4º, você tem as APPs pela geográfica. Beira de rio, topo de morro, encosta. E no Art 6º você tem as APPs determinadas pelo Poder Público. Então uma é ato do Poder Público e outra é situação geográfica.

Mário Eduardo Shiraichi – Representante da Secretaria de Gestão e Planejamento

Ah sim. Por exemplo, 30 metros dos leito dos rios.

João Leonardo Mele – Vice-presidente do COMDEMA

Isso. Aqui, nenhuma das duas. Aqui é uma Unidade de Conservação, é um território protegido onde é permitido o manejo sustentável. Você pode ter atividades humanas aqui dentro. Se ela for de Proteção Integral não pode. Proteção Integral você não pode ter nenhuma intervenção direta, só uso indireto do ambiente.

Cleiton Jordão Santos – Assistente Técnico da Secretaria de Meio Ambiente

Só para fins científicos. Para pesquisa.

João Leonardo Mele – Vice-presidente do COMDEMA

Mesmo nessas áreas de Unidade de Conservação só se pode fazer pesquisa em 20% da área. 80% da área você não pode nem fazer pesquisa. Preservação Integral.

Mário Eduardo Shiraichi – Representante da Secretaria de Gestão e Planejamento

Preservação Integral é a chamada APP?

João Leonardo Mele – Vice-presidente do COMDEMA

Não. APP é uma conformidade geográfica prevista no código. Proteção Integral é uma área que recebe do poder público aquele novo regime jurídico porque ela tem atributos tão excepcionais que merecem ser preservados.

Mário Eduardo Shiraichi – Representante da Secretaria de Gestão e Planejamento

E quem define o que é uma área de Preservação Integral?

João Leonardo Mele – Vice-presidente do COMDEMA

Quem a cria. Se é o município que vai criar, ele quem define. A APA da Serra do Guararu é municipal. Quem define a forma de uso é o município.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Tem Unidade de Preservação Integral que é da União, tem do Estado. Depende. Por exemplo, o Estado tem uma Unidade de Conservação na laje de Santos. Unidade de Conservação Integral Marinha.

Cleiton Jordão Santos – Assistente Técnico da Secretaria de Meio Ambiente

Para você ver, quando a polícia ambiental vai nas invasões do Perequê e notifica e até mesmo multa as pessoas que invadiram lá, eles usam a base legal de que o que está sendo invadido é a área de amortecimento do Parque Estadual da Serra do Mar. Além da ocupação, da retirada da mata e do corte, um dos argumentos utilizados é ser a área de amortecimento da Serra do Mar, que é uma Unidade de Conservação. Então você tem também uma obrigação que o município assume, você tem uma responsabilidade tremenda nesse sentido. Você tem que ter atributos que justifiquem isso, né. No caso do

Morro do Pinto, ele não tem atributos específicos para isso, diferente de outras áreas que nós temos no município.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Nós temos ali um Parque Estadual criado na década de 80 no Morro do Sorocutuba.

João Leonardo Mele – Vice-presidente do COMDEMA

Sorocutuba é uma Estação Ecológica, que é ainda mais restritivo.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Que hoje, por ser uma área de pequena porção, não se enquadra no Snuc. Eles estiveram aqui conversando comigo. Enfim. Como é uma questão municipal e nós podemos modificar, eu fiz uma proposta para eles – e depois vamos discutir isso no COMDEMA, porquê eles estão com problemas. Eles querem fazer controle de acesso. Eles tem uma ação do município do Guarujá, onde o município ganhou, e eles não podem fazer controle de acesso.

Eu vejo da seguinte forma, a única saída nesse caso é vocês criarem um CETAS. Vocês se reúnem, pegam essa área e vê se dá para criar um CETAS ali. E aí a gente pode dialogar se esse CETAS pode restringir ou não. DO jeito que tá, não tem como.

Só que aí, qual é o custo? O custo é um pouco alto, porque a gente também tem alguns interesses de CETAS. O Lions se propôs a ajudar a gente na construção de um CETAS. Mas o problema de um CETAS não é a construção, é a manutenção.

Mário Eduardo Shiraichi – Representante da Secretaria de Gestão e Planejamento

O que é um CETAS?

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

É um Centro de Triagem de Animais Silvestres.

Mário Eduardo Shiraichi – Representante da Secretaria de Gestão e Planejamento

Tem que ter fauna então?

Cláudia Soukup – Representante da AEAG

É para quando eles são resgatados.

Cleiton Jordão Santos – Assistente Técnico da Secretaria de Meio Ambiente

Ai reabilita e dependendo do animal, volta.

Cláudia Soukup – Representante da AEAG

E o município não tem ainda.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Então, tem dois locais que a gente pensou. Envolver o Sorocotuba ali, porque ai o Sorocotuba nos ajudaria na manutenção do CETAS, porque o que é caro em um CETAS é a manutenção. O dinheiro para você acessar, tem o banco de projetos do Ibama, tem uma série de coisas.

Mário Eduardo Shiraichi – Representante da Secretaria de Gestão e Planejamento

Não tem nenhum programa que custeie?

Cláudia Soukup – Representante da AEAG

Tem para montar, não para manter.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Então, o que nós fizemos: nós mandamos um ofício para todas as Universidades perguntando se elas tem interesse no assunto. Porque não adianta também só pegar o Sorocotuba e colocar lá sem uma visão técnica.

João Leonardo Mele – Vice-presidente do COMDEMA

Tem que ter biólogo ou veterinário 24 horas. Só isso daí é mais caro que um posto para atendimento humano.

Cleiton Jordão Santos – Assistente Técnico da Secretaria de Meio Ambiente

O maior indicador disso é o CETAS da Unimonte em Cubatão, que é o único da região. A Universidade montou, só que hoje conversando com o vice-reitor Adalto, foi praticamente um tiro no pé deles, porque de início foi maravilhoso, só que o custo depois de anos, a Universidade não consegue manter, por ter um custo altíssimo.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Por isso que a gente tá desenvolvendo o seguinte: Sorocutuba tem interesse. Para você ter algum tipo de controle de acesso ali você precisa ter um motivo, seja de pesquisa, esse tipo de coisa. Então a gente tá conversando com as Universidades para ver se eles tem interesse para dividir custo. Porque é aquele negócio, para a Universidade bancar sozinha não vai conseguir.

Segundo, a gente tem uma área ali encravada que temos que dar uma destinação. Então a ideia inicial foi essa, fazer uma coisa pequena, mas a gente já tem um grande projeto... Aliás, eu estou levantando Mele, quero levar a reunião do COMDEMA (não a do dia 20, a próxima), eu tive dando uma lida no Regimento Interno e eu vou comunicar o COMDEMA de todas as pesquisas que estão em andamento aqui, para que todo mundo saiba quais são as Universidades, o que eles estão fazendo, o que estão estudando. Nós temos mais de sete, oito pesquisas. Essa é uma das atribuições do COMDEMA, acompanhar as pesquisas em andamento.

A Univale apresentou um projeto para fazermos um CETAS no Orto, atrás do Grand Ville, Parque Portal, que também seria um lugar bem legal, mas o problema é que o Lions está envolvido. Custo inicial de dois milhões. O Lions coloca um milhão.

Um milhão a gente pode até conseguir de TAC, dos TACs que vão fechar lá na frente, mas o problema não é esse, é como uma Unidade de Saúde. O problema não é você montar a Unidade de Saúde, o problema é manter. Quem faz um compromisso com a gente de manter?

(Manifestações inaudíveis)

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Agora nos estamos discutindo a terceira etapa do projeto da Petrobras. Eles vão vir dia 14 aqui. Na terceira etapa eles vão licitar tudo de novo, agora eles vão possibilitar que empresas façam isso e estou dialogando com eles de com esse dinheiro eles custearem um CETAS. Ai em vez de eles fazerem só uma Unidade, eles fazem uma Unidade e um

CETAS. Eles mantêm. Nós não teríamos que colocar um tostão. E eles gostaram da ideia.

Ai essa Unidade sairia ali da Base Flutuante, porque tem que sair mesmo, o Ministério Público Federal entrou com uma ação para tirar todo mundo dessa área, marinas, tudo.

João Leonardo Mele – Vice-presidente do COMDEMA

Só uma observação, pra gente encerrar. Teve o assunto Sorocutuba/CETAS. Usar o CETAS para controle de entrada vai limitar a entrada dos proprietários. O fundamento de limitação de circulação de CETAS vai começar pelos proprietários.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Não sei. Precisamos sentar e conversar isso. Por que via de regra os proprietários podem entrar e sair.

João Leonardo Mele – Vice-presidente do COMDEMA

Mas se você vai fazer uma limitação de acesso, eles são limitados.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Não Mele, eles moram lá. O que nós vamos tentar controlar é a entrada na Praia do Éden, e não é por nada. Você sabe minha posição quanto a isso desde o início. Não sou muito a favor de controle de acesso, mas é indiscutível, se você for na Praia do Éden e vê o que está acontecendo lá hoje em dia, e ver a situação das praias com controle de acesso...

João Leonardo Mele – Vice-presidente do COMDEMA

Mas é o seguinte: onde o CETAS limita seu acesso? Quando você entra no CETAS. Você teria um procedimento para não contaminar os bichos. Se o pessoal que vai na praia não vai passar por esse procedimento pode usar o fundamento para impedir de entrar.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Vamos discutir isso.

João Leonardo Mele – Vice-presidente do COMDEMA

Independente de ter o CETAS, ter o CETAS lá ia ser ótimo. Mas ter o CETAS com esse objetivo...

Cláudia Soukup – Representante da AEAG

Seria uma limitação geográfica, né.

João Leonardo Mele – Vice-presidente do COMDEMA

Sim. A limitação é para você não trazer doenças para os bichos que estão confinados.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Via de regra. O que a gente precisa fazer uma interpretação. Pegar o fato, juízo, interpretar, e ver a dimensão da recuperação, a dimensão não só da área física, mas da área do entorno do CETAS. Mas isso daí a gente discute depois, até porque eu não vi vontade neles de manter. Se não tem vontade de manter, nem vamos continuar nessa discussão, porque eles querem controle de acesso.

Fazer o controle de acesso sem ter um fundamento, sem o município ter um retorno do ponto de vista da área ambiental...

Simone Agria – Representante da OAB

Eu não concordo com o controle de acesso. E se eu quero ver a praia, se eu quero ficar na praia, como é que faz? Só porque eu não tenho uma casa de três milhões...

Mário Eduardo Shiraichi – Representante da Secretaria de Gestão e Planejamento

Mas o que é o controle de acesso, tem que mostrar o documento?

Simone Agria – Representante da OAB

Número de pessoas. Digamos que pode cinquenta pessoas, se for cinquenta e um já não entra.

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Uma coisa é se eu concordo ou não. Eu não vou entrar no mérito. Por exemplo, eu concordo com a pena de morte? Posso dizer que sim ou que não, mas a pergunta é: a pena de morte é uma ferramenta de controle de criminalidade? Ai você tem que recorrer a ciência, você tem que utilizar métodos quantitativos, comparativos... O que eu quero dizer é, quanto ao controle de acesso, eu tenho uma opinião pessoal sobre isso. Mas hoje vivendo aqui, a gente percebe que ele é um instrumento de controle ambiental.

Agora, vou te passar um dado do ponto de vista jurídico, que não é a área deles. O novo marco regulatório de regularização fundiária, que é do Temer, do ano passado, faz a previsão expressa de condomínios fechados e não excetua a área costeira. Tudo bem que se for enfrentado a constitucionalidade o STF pode se manifestar, mas nesse momento existe instrumento jurídico para isso.

Não acho que é por meio desse argumento que vamos fazer. Temos que utilizar o argumento ambiental. Se ele for importante a gente o leva a frente. Nem vou avançar nessa discussão, só dei como panorama para vocês, porque ainda não existe nada concreto em relação a isso. Mas estamos tentando fazer o certo.

Eu vou só dar um encaminhamento, eu tenho uma reunião hoje também quanto ao “negócio” da Acta, da pesquisa que vamos fazer sobre controle de CO₂ por bioindicadores.

Eu sugiro o seguinte, que você, Cleiton, e a Isabel formulem um esboço de documento dentro do que o Mele falou, considerando isso, considerando aquilo, recomendamos a negativa. Põe o número do processo.

Cláudia Soukup – Representante da AEAG

Ai você vai levar na próxima reunião?

Sidnei Aranha – Presidente do COMDEMA

Não, ainda vou submeter a vocês. A gente circula esse documento com o auxílio do Wanderley Feliciano, vamos concluir, o Mário vai ver, ai nós, Grupo de Trabalho, concluímos. Não dá tempo para essa reunião dia 20. Dia 20 vamos discutir unicamente Sabesp e do novo projeto do Centro de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Vamos encerrar a reunião, agradeço a presença de todos.

Sidnei Aranha
Presidente do COMDEMA

Antônio Lopes da Silva
Secretário-executivo do COMDEMA